



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUI

Acordo de Cooperação Técnica Nº 03/2023

**ACORDO DE
COOPERAÇÃO
JUDICIÁRIA
CELEBRADO
ENTRE O
TRIBUNAL
REGIONAL DO
TRABALHO DA
22ª REGIÃO E O
TRIBUNAL
REGIONAL
ELEITORAL DO
PIAUÍ, VISANDO
A PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS DE
INTERESSE
PÚBLICO EM
APOIO AO
PATRIMÔNIO
ARQUIVÍSTICO
DA JUSTIÇA DO
TRABALHO DO
PIAUÍ.**

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO, inscrito no CNPJ sob o nº 03.458.141/0001-40, situado na Avenida João XXIII, 1460, bairro dos Noivos, Teresina-PI, Cep: 64045-000, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **Marco Aurélio Lustosa Caminha**, doravante designado simplesmente TRT-22, e o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ, inscrito no CNPJ sob o nº 05.957.363/0001-33, situado na Praça Edgar Nogueira, sem número - Cabral, Teresina-PI, CEP 64000-830, neste ato representado pelo seu Presidente, Desembargador **Erivan José da Silva Lopes**, doravante designado simplesmente TRE-PI, têm entre si justo e avençado, em consonância com o disposto na Lei nº. 8.666/93, o presente Acordo de Cooperação Judiciária, doravante denominado, abreviadamente, de Acordo, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Cooperação tem por objeto a cooperação e o intercâmbio entre os partícipes para viabilizar ao TRT-22 o apoio técnico especializado de ARQUIVISTA, visando a adoção de métodos, técnicas, sistemas e outros recursos de gestão documental, primando pela eficiência nesta área administrativa, com ênfase no tratamento, organização de fluxo de trabalho e acesso a expedientes e documentos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES DAS PARTES

Para a consecução do objeto estabelecido neste Acordo, comprometem-se os partícipes:

Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região:

a) disponibilizar infraestrutura e tecnologia necessária ao cumprimento do objeto do presente acordo;

b) indicar servidores que participarão das tratativas e procedimentos para a estruturação de uma gestão documental efetiva e de qualidade;

c) proporcionar o aparelhamento contínuo da unidade responsável pela gestão documental, considerando profissional especializado em arquivologia;

d) coordenar as atividades adaptativas e evolutivas do conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos e processos recebidos e tramitados, inclusive administrativos;

e) fornecer todas as condições necessárias ao bom desempenho dos trabalhos;

f) divulgar os dados e resultados provenientes desse acordo em relatório ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

g) custear despesas, caso necessário, do Arquivista do TRE-PI que venha auxiliar na implementação de um plano de gestão documental no TRT-22.

Tribunal Regional Eleitoral do Piauí:

a. fornecer, sem ônus para o TRT-22, orientações técnicas quanto aos serviços de Arquivista, especialmente quanto ao uso do repositório arquivístico digital confiável (RDC-Arq);

b. orientar e apoiar o TRT-22, em relação às necessidades específicas sobre aspectos documentais, facilitando o desenvolvimento de novas funcionalidades inerentes a esse assunto, contanto que não comprometa os serviços do TRE-PI;

c. propor ações de capacitação relativas à gestão documental, que considerar necessárias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Acordo não implica em transferência de recursos financeiros entre seus partícipes.

CLÁUSULA QUARTA – DA EFICÁCIA E VIGÊNCIA

Este Acordo terá vigência a partir de sua assinatura, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

CLÁUSULA QUINTA – DA PRIVACIDADE E DA PROTEÇÃO DE DADOS

Em decorrência da vigência da Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.709/2018 (“LGPD”), que estabelece regras para tratamento de dados de pessoa física, ajustam as partes incluir as seguintes obrigações quanto à PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS:

a) As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei nº 13.709/2018 em relação aos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento da cooperação judiciária.

b) É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da cooperação judiciária, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

c) O TRT-22 fica obrigada a comunicar ao TRE-PI, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência deste acordo e a adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

d) Em atendimento ao disposto no art. 7º, II, da Lei Geral de Proteção de Dados, o TRE-PI, para a execução do serviço objeto desta cooperação judiciária, tem acesso a dados pessoais dos representantes do TRT-22, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação.

e) As partes obrigam-se a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior

decorra de obrigação legal.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo será publicado no Diário Oficial da União pelo TRT-22.

CLÁUSULA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos ou qualquer divergência decorrentes da execução deste Acordo serão dirimidos pelos seus partícipes, em reunião online, com registro lavrado em Ata.

E por estarem todos concordando com as cláusulas acima enumeradas, foi este Acordo lavrado em via única e assinado pelas partes, por meio dos respectivos representantes legais.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

Desembargador **Marco Aurélio Lustosa Caminha**

Presidente

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Desembargador **ERIVAN JOSÉ DA SILVA LOPES**

Presidente

ANEXO I – PLANO DE TRABALHO

Plano de Trabalho do Acordo de Cooperação Judiciária que entre si celebram o **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO (TRT-22)** e **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ (TRE-PI)**, visando a colaboração na área de gestão documental.

1 – IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO

O acordo tem como objeto a prestação de auxílio técnico especializado de **ARQUIVISTA** visando a adoção de métodos, técnicas, sistemas e outros recursos de gestão documental.

• Partícipes do Acordo

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO – TRT-22 - CNPJ nº 03.458.141/0001-40

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ - TRE-PI – CNPJ nº 05.957.363/0001-33

2 – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo 116 da lei nº 8.666/93

3 – JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

As demandas do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região na área de gestão documental exigem conhecimento técnico específico, entretanto, no Quadro de Pessoal do citado tribunal não há cargo efetivo de Arquivista. Assim, com a cooperação do TRE-PI, proporcionando ao TRT-22 auxílio técnico especializado de Arquivista, este Acordo resultará em ganho de eficiência na prestação de serviços à sociedade piauiense.

4 – FORMA DE EXECUÇÃO

A colaboração será prestada na área de gestão documental com possibilidade de realização tanto no TRE-PI como no

TRT-22, na modalidade on-line e presencial.

5 – OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPES:

- disponibilizar infraestrutura e tecnologia necessária ao cumprimento do objeto do presente termo;
- proporcionar o aparelhamento contínuo da unidade responsável pela gestão documental, considerando profissional especializado em arquivologia;
- divulgar os dados e resultados provenientes desse acordo em relatório ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
- indicar servidores que participarão das tratativas e procedimentos para a estruturação de uma gestão documental efetiva e de qualidade;
- fornecer todas as condições necessárias ao bom desempenho dos trabalhos;
- auxiliar os servidores a garantir o uso adequado das técnicas de gestão eletrônica de documentos, no que tange à definição da política de gestão documental em repositório arquivístico digital confiável;
- contribuir para promover a capacitação, o aperfeiçoamento, o treinamento dos servidores, por meio de cursos, palestras e seminários voltados à gestão de documentos;
- adotar medidas para garantir restrição de acesso a determinadas informações, em conformidade com a LAI e demais dispositivos legais, mediante a classificação da documentação quanto ao seu grau de sigilo

6 – FASES DA EXECUÇÃO (CRONOGRAMA)

ETAPA	PRAZO	RESPONSÁVEIS
Assinar o Acordo de Cooperação Judiciária	03/02/2023	<i>Presidentes dos Tribunais envolvidos</i>
Designar os representantes dos órgãos acordantes para o acompanhamento da gestão do acordo	10/02/2023	<i>Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças e Secretaria de Tecnologia da Informação do TRE-PI; Secretaria de Governança e Estratégia e Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRT-22</i>
Vigência do Acordo de Cooperação	24 meses	<i>Unidades de Gestão Documental e de Tecnologia da Informação dos Tribunais envolvidos</i>
Tratativas para a definição dos procedimentos visando a efetiva execução do apoio técnico	20/02/2023	<i>Unidades de Gestão Documental e de Tecnologia da Informação dos Tribunais envolvidos</i>

7 – RECURSOS FINANCEIROS

O Acordo de Cooperação Judiciária não implica transferência de recursos financeiros entre seus partícipes.

8 – VIGÊNCIA DO ACORDO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA

O presente Termo de Cooperação Judiciária terá vigência a partir de sua assinatura, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

9 – UNIDADE RESPONSÁVEL E GESTOR DO ACORDO DE COOPERAÇÃO

No âmbito do TRT-22, a Gestão do Acordo de Cooperação Judiciária ficará a cargo dos servidores lotados na Seção de Gestão de Acervos Arquivísticos e Memória (SARQME).

No âmbito do TRE-PI, a Gestão do Acordo de Cooperação Judiciária ficará a cargo dos servidores lotados na Seção de Comunicação-SECOM/Serviço de Arquivo.



Documento assinado eletronicamente por **MARCO AURÉLIO LUSTOSA CAMINHA**, Usuário Externo, em 03/04/2023, às 14:12, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Erivan José da Silva Lopes, Presidente**, em 04/04/2023, às 13:51, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0001803574** e o código CRC **E870B0B1**.

0003669-10.2023.6.18.8000

0001803574v6



--